



ÍNDIOS EM SALVADOR (IDENTIDADE, MEMÓRIA E ALTERIDADE)

José de Arimatéa Nogueira Alves¹

RESUMO

Palavras-chave: Salvador, cultura, identidade, memória e alteridade

O contato colonial eurotupinambá iniciado antes da fundação de Salvador, ampliado após a chegada dos escravos africanos, causou um brutal impacto e desorganização sócio-cultural na vida dos tupinambá. O processo civilizatório sob coação, a cristianização compulsória e a conjuntura econômico-operacional consolidada entre os séculos XVI e XVIII plasmou uma sociedade mestiça. É certo que a população de Salvador é mestiça; no entanto é possível levantar dados humanos, históricos e culturais (materiais e simbólicos) comprobatórios da veracidade da declaração dos “indígenas” e dos “índios descendentes” domiciliados, hoje, em Salvador.

1. INTRODUÇÃO

“O “esquecimento” funciona no contexto do discurso como uma elaborada técnica de desmemória que alcança toda a consciência social de uma região”.

Dirceu Lindoso, em *A Utopia Armada* (pg.26).

As discussões obsessivas sobre “raças” estão superadas; hoje sequer há unanimidade sobre o conceito de “raça”; o interesse pela etnia-identidade amplia-se.

Naturalmente, as pessoas estão sempre mais interessadas pelas discussões da sua realidade ou do seu entorno. Nisso reside, talvez, o fato de que os ENECULT realizados em 2005 e 2006 terem acatado as resenhas sobre o “PCI - Projeto Cara de Índio”. Desta feita (se me for dado oportunidade) pretendo apresentar mais reflexões de caráter filosófico-anropológico sem, no entanto, desprezar as contribuições do campo da antropologia cultural e da história. Afinal, percebo que algumas pessoas continuam céticas até no campo acadêmico (é o caso da reitoria da UNEB), enquanto outras contestam francamente (inclusive um antropólogo da ANAI, por incrível que possa parecer) a *existência de índios (e de índios descendentes) na cidade de Salvador*.

2. ANTECEDENTES (UM POUCO DE HISTÓRIA)

2.1. Salvador, uma aldeia eurotupinambá (século XVI)

¹ *Diretor Presidente da UNID – União Nacional dos Índios Descendentes (Salvador) – email: unidbrasil@yahoo.com.br

Diversos estudos descrevem a presença de povos nativos no território atual de Salvador, bem antes da chegada dos povos ibéricos. É sabido que antes dos tupinambá, outros povos (tupi, tupina, tupinae etc) ocuparam o litoral da Bahia. Há um dado muito interessante, destacado por alguns pesquisadores, inclusive pelo antropólogo baiano Antônio Risério (“UMA HISTÓRIA DA CIDADE DA BAHIA”), sobre a “aldeia eurotupinambá” existente antes da fundação de Salvador, conforme relato de alguns navegadores, dentre os quais Martim Afonso de Souza e Simão Alcazaba, em 1533 e 1535, respectivamente. Em 01 de novembro de 1501 a expedição de Gonçalo Coelho “Comerciou com índios e fixou um marco de pedra numa ponta rochosa, que, por isso mesmo, veio a se chamar “Ponta do Padrão”, onde fica atualmente o Farol da Barra” (pg. 53 da op. cit.).

2.2. A Capitania da Bahia de Todos os Santos

Em abril de 1534, na cidade de Évora, a coroa portuguesa concedeu a Francisco Pereira Coutinho uma carta doação exploratória da área que se estendia do rio São Francisco à Baía de Todos os Santos. Em 1536 o donatário desembarcou na aldeia “eurotupinambá”; estabeleceu contato e aliança com o seu patrício Diogo Álvares, o Caramuru. Índios tupinambá e mamelucos (filhos de união com Paraguassu e possivelmente outras) permitiram ao “Rusticão” (apelido do donatário) estabelecer-se, possivelmente, nas proximidades da Vila Velha. Nessa época foram instalados os primeiros engenhos de açúcar. O levante tupinambá, certamente o primeiro no recôncavo, destruiu a primeira investida colonizadora. Caramuru, que acompanhou o Rusticão na sua última viagem (retornando da Capitania de Ilhéus) não conseguiu evitar o destino trágico do vitorioso cavaleiro das guerras da Índia. Afirma o historiador Santos Vilhena que o citado donatário lusitano foi sepultado “nos ventres dos gentios que então habitavam aquela ilha” (referindo-se à Itaparica, local da tragédia).

2.3. O Governo Geral, fundação da cidade.

Em dezembro de 1548, D. João III, após retomar a Capitania da Baía de Todos os Santos, decidiu criar um Governo Geral no Brasil. Caramuru mais uma vez foi convocado para apoiar a nova empreitada. Em 29 de março de 1549 uma esquadra de naus e caravelas, com um batalhão de mil homens (funcionários, negociantes, padres, operários, tripulantes e degredados) fundeou na Baía de Todos os Santos. Tomé de Souza e seus expedicionários, com a colaboração do povo da aldeia de Caramuru, iniciaram a construção da “cidade da Bahia”. A casa do governador, muralhas e cercas contra os ataques dos tupinambá, câmara municipal, a “Sé de palha”, a ponte de atracamento naval etc foram erigidos com o barro e a madeira da terra.

Vários acontecimentos marcaram a segunda metade do século XVI, além das primeiras tentativas de invasão dos holandeses, da unificação dos reinos de Portugal e Espanha (1580-1640), a brutal guerra de extermínio dos índios, promovida pelo Mém de Sá etc motivam a migração de povos ibéricos para o Brasil. O trabalho de cristianização dos jesuítas contribuiu para a desestruturação social e cultural dos povos indígenas no recôncavo e no resto do Brasil. A “cristianização” significava “amansamento”, subjugação e servidão da população restante das aldeias destroçadas..

3. OUTROS RECORTES DA HISTÓRIA INDÍGENA, EM SALVADOR

3.1. A fusão de “raças”² e culturas

O território onde está encravado Salvador pertencia totalmente aos tupinambá até o começo do século XVI. Como dito, o primeiro donatário ao desembarcar nessa terra encontrou uma aldeia eurotupinambá. Os tupinambá de Salvador e de outras partes confrontaram e reagiram violentamente à presença dos “brancos” apesar da presença do português Diogo Álvares, o Caramuru, com sua aldeia “eurotupinambá”.

Quando da chegada de Tomé de Souza, em 1549, já estava em curso uma “colonização acidental”, usando expressão colhida de Guillermo GUICCI (“Viajantes do Maravilhoso Novo Mundo”). João Azevedo Fernandes, por sua vez, fez uma recomposição aproximada, de gênero feminino, da cultura tupinambá e sobre o que ocorreu na transição ente os séculos XVI e XVII, não apenas no recôncavo baiano e na cidade de Salvador: “...- *muitos europeus se “indianizaram”, casando com as índias e participando dos costumes nativos, e não estou aqui me limitando aos casos bem conhecidos de João Ramalho e Diogo Álvares*” (“De Cunha à Mameluca”, pg. 217).

Somente após meio século de contato eurotupinambá, época suficiente para a conformação de duas gerações (segunda metade do século XVI) chegaram os povos africanos, escravizados. A partir desse momento são dadas as condições para ampliação da miscigenação: indíodescendentes, afroindígenas, afrobrasileiros e mulatos³.

3.2. Índios na história geral de Salvador

² Utilizo a palavra “raça” [ainda empregada, amplamente, no campo acadêmico] como recurso operativo e contrastante da origem dos grupos humanos (nativo-indígena, europeu e africano).

³ Considero o termo “mulato” mais adequado que “pardo”, palavra que propicia interpretações trãsfugas; a interpretação de que a palavra mulato(a) decorre da história da violência sexual praticada contra as mulheres de cor preta, tidas como “montaria sexual”. Considero mais razoável que seja uma alusão à hibridagem, mestiçagem ou “cor de mula”, *mulus* (no latim), *muwallad* (mestiçagem entre árabes) ou *muladi* (mestiçagem entre árabes cristão), da primeira das quais deriva, em português, a palavra *muar*, designativa de uma espécie de híbrida da raça cavalari; no Dicionário Caldas Aulete encontramos mais uma significação de “mulato”, sem nenhuma conotação depreciativa: “variedade de pêssegos grandes, na região de Leiria” – cidade fundada bem antes de Salvador (pg. 2438).

A presença indígena está mais ou menos registrada, desde a partir da primeira metade do século XVI, nas crônicas de missionários, documentos oficiais e de viajantes. Depois do escrivão de Tomé de Souza outros importantes relatos foram feitos por Manoel da Nóbrega, Anchieta e Vieira e outros missionários. Seguem-se Frei Vicente do Salvador (com relatos dos séculos XVI e XVII), Luis dos Santos Vilhena (século XVIII). Cito ainda Theodoro Sampaio, nascido no século XIX, em Santo Amaro (que escreveu “O Tupi na Geografia Nacional”, em 1969 e a “A História da Fundação da Cidade do Salvador”); Pedro Calmon (também nascido no século XIX, que escreveu “História da Casa da Torre”); Luiz Henrique Dias Tavares; Antônio Risério e outros.

3.3. Índios na literatura de Salvador

A literatura não foi pródiga para com a história dos nossos índios. Há uma fase da literatura brasileira chamada de “indianista” (Gonçalves de Magalhães, Gonçalves Dias, José de Alencar etc) com interessantes registros da temática indígena, embora romanceada. Tem grande valor literário e histórico a crônica e a poética de Gregório de Mattos Guerra (Salvador: 1636 / Recife: 1696). O poeta alcunhado “boca de brasa” (e também de “Pica-Flor”) fez muito uso do vocabulário tupi em muitas das suas criações. Escrevia ele, na segunda metade do século XVII: *“Um calção de pindoba a meia zorra / Camisa de urucu, mantéu de arara./ Em lugar de cotó, arco e taquara, / Penacho de guará em vez de gorra[...]/ De Paiaíá tornou-se Abaeté. [...] / Não sei onde acabou, ou em que guerra, / Só sei que deste Adão de Massapé, / Procedem os fidalgos desta terra”*; e em outro poema sobre *OS PRINCIPAIS DA BAHIA, CHAMADOS OS CARAMURUS*: [...] *“A linha feminina é carimã / Moqueca, pititinga, caruru / Mingau de puba, e vinho de caju / Pisado num pilão de Pirajá.[...] O branco é um maraú, que veio aqui; / Ela é uma índia de Maré, / Cabepá, Aricobé, Cobé...”*⁴

3.4. Índios nas guerras de Salvador

Batalhões indígenas foram muitos utilizados pelos lusos e por outros estrangeiros (franceses, holandeses e espanhóis) que disputavam a posse da terra ou nas guerras contra vários povos indígenas. Em Salvador não poderia ser diferente. Santos Vilhena (A BAHIA DO SÉCULO XVIII – Editora Itapuã/Salvador/1969, pgs. 51 e 55) fala dos batalhões indígenas utilizados como guardas, em Salvador, no século XVII. Frei Vicente do Salvador, em sua HISTÓRIA DO BRASIL (escrita em 1627) foi testemunho da resistência à invasão holandesa de 1624, anotando: *“... o governador mandou outra companhia ao porto de Vila Velha, que é meia*

⁴ Em www.sonetos.com.br; só indicado o título do segundo poema; não sublinhados.

légua da cidade {refere-se à área Do Carmo e do Terreiro de Jesus} e o *escrivão da Câmara [...] com mais de cem arcabuzeiros e sessenta índios flecheiros...*”. Com relação à invasão dos holandeses, convém considerar a informação de que segundo relato de Frei Vicente Salvador e outros historiadores, o comandante das forças batavas, coronel Johan Van Dorth, governador Holandês no Brasil, foi trucidado (perversamente mutilado, segundo relatos) por um “maioral” que comandava um batalhão indígena (o seu substituto, Albert Shouten, também foi morto, posteriormente).

Os relatos mais detalhados sobre a guerra contra os portugueses na Bahia, nos anos de 1822/1823, inclusive feitos por Pedro Calmon e de Luiz Henrique Tavares, dão conta de pelo menos um batalhão de “índios flecheiros”.

4. O TUPI NA NOSSA LÍNGUA

Houaiss, célebre filólogo, afirma, no prefácio-estudo do “Dicionário Histórico das Palavras de Origem Tupi” (organizado por Antônio Geraldo da Cunha): “... *único milagre da nossa história é que temos uma língua comum [...] que potencializa mais de um milhar de milhões de seres humanos, acaso **linguisticamente indianizados**, mas no outro sentido do índio, o primeiro* (pg.12)”. Enfim, a língua de qualquer povo tem um enorme peso cultural, difícil de ser mensurado em todas as suas dimensões, pois ajuda “... *à compreensão da nossa demografia, da nossa economia histórica, lingüística, histórica, literária, cultural e o que mais for nas amplas áreas das chamadas ciências sociais*” (pg. 11)⁵.

Por não estarem grafadas, as línguas dos nossos nativos não resistiram ao impacto causado pelo encontro (também confronto) com os portugueses. O tupi resistiu um pouco mais pelo fato de que os jesuítas resolveram utilizá-lo como língua geral, para o que elaboraram um códice lingüístico-tupinambá, utilizado como língua franca até a segunda metade do século XVII.

Apesar da opressão e do choque cultural ainda hoje mais de duzentos povos indígenas do Brasil (com número de indivíduos que varia de uma dezena a alguns milhares) falam uma língua nativa dentre as cerca de cento e oitenta faladas. A maioria dos falantes de línguas indígenas concentra-se no Norte do Brasil. No Dicionário Contemporâneo de Língua Portuguesa Caldas Aulete, encontra-se a seguinte seqüência de palavras: “*Teju, Tijuaçu, Tejubina, Tejubu, Tejuco, Tejunhana, Tejupar e Tejupim*” (pgs. 3522/3), todas de raiz tupínica. Houaiss informa-nos ainda que no “... registro do *Atlas do Brasil ao milionésimo* consta de cerca de sessenta mil unidades (com as repetições do mesmo topônimo [...]) em que

⁵ Itálicos, negritos e sublinhamento não constam nos originais.

o percentual de origem *tupi e brasílica* é alentado”, e que nós, brasileiros, “... *somos seres [...] linguisticamente indianizados...*” (op. cit. pgs. 10 e 12).

5. ZONEAMENTO CULTURAL, MISCIGENAÇÃO E ACULTURAÇÃO.

Qualquer estudo sobre população e cultura carece de embasamento científico-acadêmico para que possa ter credibilidade. Por essa razão, busco ajustar as minhas afirmações ao estudos do campo científico (histórico, demográfico, antropológicos etc).

5.1. Salvador: área de cultura indígena

Para o interesse estrito desta resenha interessa demonstrar que Salvador, sua Região Metropolitana (séc. XX) e o Recôncavo Baiano desde que foram citados pela primeira vez estão integrados, claramente, a uma “região de cultura indígena”, a saber:

Mapa I – “Distribuição das nações Tupi-Guarani da Costa (Início do século XVI)”, publicado em “Fragmentos de História e Cultura Tupinambá etc”, de Carlos Fausto, e em “De Cunhã à Mameluca”, de João Azevedo Fernandes, pg. 283.

Mapa II – O “Mapa Etno-Histórico do Brasil e Regiões Adjacentes – Adaptado do Mapa de Curt Nimuendaju/1944”, editado pelo IBGE, indica a presença de povos tupinambá (ao Norte, Sul e Oeste - fundos da Baía de Todos os Santos) no ano de 1759.

Mapa III – Mapa, “Áreas Culturais Indígenas do Brasil – 1900/1959”, de Eduardo Galvão, em que Salvador e a sua RM estão perfeitamente abrangidos pela área “nº 11”. (conforme “Índios do Brasil”, de Júlio Cezar Melatti, pg. 45).

5.2. Miscigenação e Aculturação

O encontro entre ibéricos e indígenas ocorreu de forma imperativa e subordinante, ou seja, com o recurso da violência. Os nativos foram expulsos das suas áreas tradicionais, escravizados, subjugados ou transformados em servos. Já na segunda metade do século XVI os africanos arrancados da sua terra começaram a ser trazidos, escravizados, destinados majoritariamente aos engenhos de açúcar que foram implantados a partir da localidade (hoje zona comercial de Salvador) chamada “Água de Meninos”.

No entanto, a miscigenação e a aculturação não são processos apenas genéticos. Roger Bastide, em seu manual de Antropologia Aplicada coloca essa questão em bons termos ao refletir sobre a interação dos “... *elementos histórico-culturais (valores, ideologia, estilo de vida[...], sociológicos (... relação dos grupos, a organização rural ou urbana, etc), [...], psicológicos (isto é, a inteligência e a personalidade de seus membros) e, finalmente[...], físicos (saúde, raça, meio geográfico)[...], que define todos esses elementos por sua interdependência, dentro deste sistema único*” (pg. 123), em síntese: “... *o homem é duplo – e que se ele é cultura, é também natureza*” (pg. 144).

O desdobramento humano (demográfico e sócio-cultural) das “protocélulas eurotupinambá”, a exemplo da de Salvador (com o Diogo Álvares e Paraguaçu), bem como a localizada no sudeste (com João Ramalho e a índia Mbici), matrizes com alta vocação reprodutiva, podem ser estudados ao longo de quinhentos anos. Bastide cita os estudos de Herskovits (pg. 127, op. citada) para sublinhar “... o caráter inconsciente deste processo primário...”, referindo-se à “resistência à mudança”, “distorções das transferências culturais”, “reinterpretações” e “sincretismo”, todos processos complexos. Vale afirmar que a chegada dos africanos, a partir de Salvador e de outros pontos, complexificou e enriqueceu a miscigenação dessa cidade.

5.2.1. Nossas adoráveis mulheres canibais

João Azevedo Fernandes estudou, na citada “De Cunha à Mameluca”, o processo transcultural, focalizando o universo feminino, que se irradiou a partir e através das tupinambá antropófagas. Cabia a essas mulheres não apenas a preparação do ritual, mas também a execução do ritual antropofágico, condenado pelos “civilizados” e rigorosamente combatido pelos jesuítas, notadamente por Nóbrega e Anchieta, esse último “... um judeu basco, que falava latim, *escrevendo em tupi*”, conforme afirma RISÉRIO (op. cit. pg. 215). Enfim, ao abandonar o ritual (macabro, para nós “civilizados”) as mulheres tupinambá perderam status e respeitabilidade tribal, inclusive a solidariedade dos homens tupinambá, familiares e parceiros. A iconografia histórica oferece-nos valiosos elementos que se prestam ao estudo da evolução da mulher na sociedade, inclusive as mulheres tupinambá, tapuia e mameluca. A propósito, encontramos no citado livro de FERNANDES, página 282 (figura 2) e de 290 a 292, respectivamente, a interessante seqüência iconográfica: *América* (Phillipe Galla, 1579-1600), *Mulher Tupinambá* (A. Eckhout, 1641), *Mulher Tapuia* (A. Eckhout, 1643) e *Mulher Mameluca* (A. Eckhout, 1641). Daí considero pertinente fazer a seguinte indagação: o que as mulheres de Salvador herdaram das nossas “adoráveis” antropófagas?

6. ÍNDIOS EM SALVADOR, HOJE (SÉCULO XXI)

Os dados apresentado, além dos citados a seguir, confirmam plenamente a existência de uma população “indígena” e “índio-descendente”, em Salvador:

6.1. Censo do IBGE (Bahia e Salvador)

O censo realizado pelo IBGE em 2000 (assim como o de 1999) por si só possui credibilidade política e método científico reconhecido internacionalmente. Com relação à população “indígena” da Bahia, que totalizou 64.240 indivíduos, convém apresentar o seguinte quadro: Salvador: 18.712 (29 %), Municípios da RM: 23.006 (36 %) e Demais Municípios (35%). Resta afirmar que, no ano de 2000, 65% da população baiana (41.712 pessoas) autodefinida indígena residia em Salvador e na sua Região Metropolitana (Camaçari, Candeias, Dias

d'Ávila, Itaparica, Lauro de Freitas, Mata de São João, Madre de Deus, São Francisco do Conde, São Sebastião do Passé e Simões Filho).

6.2. Reconhecimento institucional

Pelo menos as seguintes instituições reconhecem oficialmente a população “*indígena*” e “*índio-descendente*”, em Salvador: UFBA (conforme “Programa de Ações Afirmativas” aprovado em 17 de março de 2004); CEFET/BAHIA (adota as mesmas categorias étnico-identitárias, para efeito de aplicação da política de “cotas” no vestibular); Prefeitura Municipal (Lei 6.779/2005 – incentivos fiscais) e o Ministério Público – Bahia (aceita a inscrição de “*índio-descendentes*” no processo seletivo de estagiários). Em 10 de agosto de 2005 o vereador Odiosvaldo Vidas apresentou Projeto de Lei (PL 08/2005) visando incluir na LOM um capítulo específico (“*XII – Do Índio*”). Em maio de 2005, dezessete vereadores assinaram um Projeto de Lei propondo alteração na Lei Orgânica Municipal mediante a inclusão de um representante da Fundação Gregório de Matos no “Conselho Municipal do Carnaval”, alegando a existência dos “... *blocos de índios e afro...*” citando o “*Apaches do Tororó*”.

6.3. Ações promovidas pela UNID

A UNID – União Nacional dos Índio-descendentes, fundada em 2002, tem sede à Avenida Sete de Setembro, 62, Sala 317, Edf. SULACAP, centro de Salvador, estatuto, registro cartorial, CNPJ, e não tem fins lucrativos. Essa entidade integrou o Fórum de Entidades e Movimentos de Direitos Humanos – FEMDH e a Comissão que discutiu e aprovou a “Política de Ações Afirmativas da UFBA”, em 17 de abril de 2004, incluindo o sistema de cotas para negros, índios e índio-descendentes oriundos da rede pública de ensino. Os dirigentes e associados e associados da UNID participam de congressos, seminários, palestras e atua em defesa da cultura dos povos indígenas contemporâneos. A entidade entende que cabe a cada cidadão reconhecer-se como “*indígena*” ou “*índio-descendente*”, o que decorre do direito sagrado de autodefinição previsto na Constituição Federal e na Resolução 169 da ONU. Os “*índio-descendentes*” estão amparados pelo princípio do direito (“quem pode mais, pode menos”) aplicável à Resolução 169, da ONU. Afinal, não se pode negar ao cidadão o direito de autodefinir “*índio-descendente*” quando até poderia autodefinir-se como “*indígena*”.

6.3.1. PCI – Projeto Cara de Índio

Coube ao autor desta resenha a concepção, a coordenação e execução (parcial) do Projeto Cara de Índio – PCI, primeiro esforço intelectual e militante de estudo e cadastramento (fase prévia da realização da pesquisa com metodologia específica). A falta de financiamento do projeto que determinou a sua realização parcial, com recursos próprios (do autor) não impediu

a apresentação e a discussão do PCI no I e no II ENECULT – Encontro de Estudos Culturais, realizados pela Faculdade de Comunicação da UFBA em 2005 e 2006, respectivamente.

6.3.2. PCI – Banco de Dados

Com recursos próprios e a colaboração de alguns parceiros (remunerados ou não) elaboramos o banco cadastral de “indígenas” e “índiosdescendentes” (inclusive afroindígenas) de Salvador. Amostras foram coletadas em todas as dezessete AR - Administrações Regionais – PMS, totalizando quase 3.000 fichas com dados específicos (nome, endereço, sexo, idade, escolaridade e profissão).

6.3.3. Difusão da temática “indígena” e “índiosdescendente”

Nos anos 2004, 2005 e 2006, a diretoria da UNID, em cooperação com outras entidades, coordenou a realização da SEMANA DA CONSCIÊNCIA INDÍGENA, sem nenhum ônus para o setor público, fato inédito, em Salvador. Essa entidade também participou, de forma organizada, juntamente com dezenas de militantes, do “Grito dos Excluídos”, em 2004, 2005 e 2006, com faixas e palavras de ordem em defesa dos povos indígenas.

6.3.4. Em defesa da “Reserva Caramuru – Paraguassu”

Sob a coordenação da pessoa que escreve esta resenha, com a participação da UNID, Sindicato dos Bancários da Bahia, FEMDH, assessoria parlamentar do Deputado Estadual Yulo Oitica fundou-se, em meados de 2003, um “Comitê em Defesa dos Índios Pataxó” e outros da Reserva Caramuru – Paraguassu”. Milhares de cartas padronizadas foram enviadas ao STF, por várias vias, pedindo justiça e agilização no julgamento da Ação Ordinária Originária nº 312, que tramita há 25 anos. Petições juntadas ao processo em 20/nov/03 (nºs 148.367 a 369), 16/jan/04 (nºs 163.358 a 360) e em outras datas.

6.4. Outras fontes reveladoras da cultura indígena.

Ainda que uma simples autodeclaração (item “6.1”) tenha força moral e política, outras fontes de natureza cultural, tais como a língua (item “4”), artefatos, signos, pistas etc, originados na vida econômica e social, produtiva e artística e no campo da arqueologia podem (e devem) ser listadas em favor da visibilidade de qualquer expressão étnico-identitária. Em Buenos Aires, o arqueólogo Schávelzon busca “... reconstruir, através de pequenos objetos e de pistas [...] práticas negras existentes no passado da capital argentina” (A Utopia Brasileira e os Movimentos Negros, Antônio Risério, pg. 412). Portanto, seguindo essa linha, para concluir, listamos os seguintes elementos comprobatórios da ação e da presença indígena em Salvador:

6.4.1. Retrato Molecular do Brasil

Os estudos populacionais realizados pelo doutor Sérgio Pena (UFMG), conhecido como “Retrato Molecular do Brasil”, são de grande importância para o conhecimento da nossa

população. Marcelo Leite afirma, em artigo publicado na Folha de São Paulo (Caderno Folha Ciência) de 26 de março de 2000, sobre o estudo do Dr. Sérgio Pena e sua equipe: “*Hoje, como há na população um terço de haplótipos indígenas (mtDNA), isso corresponde a algo como 50 milhões de linhagem ameríndia ou pelo menos dez vezes mais do que havia quando a Terra dos Papagaios foi descoberta*”, comentando os dados do citado estudo.

Salvador não é apenas um dos territórios onde germinou o protoplasma da nossa população indígena-mestiça, mas também é um território onde vive parcela dessa população.

6.4.2. Ícones e signos urbanos, indígenas.

Em torno do Campo Grande há, no mínimo, três referências culturais e construtivas alusivas à cultura indígena (as primeiras citadas), além de outras:

- a) panteão ao “Dois de Julho”: talvez seja o monumento nacional em que a figura de um índio – centralizado e no alto – está postada em maior destaque;
- b) belo painel pintado por Caribé (aproximadamente 3 x 4 m), colorido, com a temática indígena, na entrada do edifício “Tupinambá” (Rua João das Botas);
- c) portaria do condomínio residencial “Bartira”, sito à Rua Leovigildo Filgueiras.
- d) fonte hídrica e luminosa, com estátua de índia no topo, localizada defronte ao Quartel da Polícia Militar da Bahia, sito à Praça Aspilcueta Navarro (Aflitos – Centro);
- e) possivelmente o maior painel de Caribé, com temática indígena, esteja localizado no Cine Glauber Rocha (Praça Castro Alves), com aproximadamente 40m², sito no salão de projeção – edifício atualmente em obras de ampliação e adaptação;
- f) estátua de argamassa/cimento, tamanho natural de um índio jovem, portando adereços típicos, externamente, à altura do segundo andar do edifício sede da “*Casa do Caboclo*”, um casarão de três andares construído no começo do século XX (1912), sito na confluência das ruas Conselheiro Dantas com a Ourives, no bairro Comércio;
- g) monumento “Ruprestre Brasileiro” (Itacoatiara)⁶, bela instalação de ferro e cimento, doada e edificada por Siron Franco em uma encosta de aproximadamente 500m², defronte ao Dique do Tororó, no começo desta década (lamentavelmente, hoje, com apenas cerca de 70% das peças originais; as demais peças foram roubadas).

6.4.3. Antropônimos, topônimos e geônimos de origem indígena.

Salvador tem Rua dos Índios (bairro Cidade Nova), Rua dos Canibais (bairro Pernambués), Condomínio Aldeia Jaguaripe ou ainda um bairro (Jardim Brasília - Saramandaia) com várias

⁶ “Itacoatiara”: derivado de *itá* (pedra) + *kua’tiara* (pintura), cf. Dicionário Histórico das Palavras Portuguesas de Origem Tupi, de Antônio Geraldo da Cunha (pg.158)

ruas “indígenas” (Acajutiba, Botuporã, Canarana, Guaratinga, Guarirú, Ibicuí, Jaguaquara, Jequiriçá, Maracani, Paratinga, Pirapora, Tamboatá, Taperoá, Tapiramutá etc).

Faço algumas indicações (inclusive derivadas ou corruptelas) que possam ilustrar esse marcador sócio-cultural:

I. Nomes das pessoas domiciliadas em Salvador, conforme diversas fontes (cartórios, Banco de Dados Cadastrais da UNID, imprensa e outras): Anari, Aranda (s), Ari, Araci, Bartira, Buriti, Canindé, Caramuru, Caubi, Guaracy(i), Y(I)ramá, Ian (derivado de *Iã?*), Itaparica, I(y)ara, I(y)ano, Jaguarci (y), Juracy(i), Jurema, Juss(ç)ara, Karaí (y), Karipuna, May(i)ra, Maués, Missu, Moaci(y)r, Moema, Naira, Naíra, Paraguassu (também com ç), Paraná, Peri (y), Petitinga, Poti(y), Tainá, Taiana, Tabajara, Ubiratã(n), Yuri (guarani, além de russo) etc.

II. Nomes de locais (bairros, praças, ruas, travessas etc) e acidentes geográficos: Aldeias Jaguaripe (condomínio residencial), Apipema, Aratu, Baependi, Caetés, Camarajib(p)e, Capanema, Capimirim, Carijós, Cunha (ã), Gamboa, Goitacás, Guarani, Guaratinga, Guaporé, Humaitá, Iguatemi (Centro comercial, empresarial e bairro), Ipirá, Itaparica, Itabira, Itaboray, Itapoã, Itapuã (an), Jaborandi, Jequitaitaia, Juá, Juamirim, Jurunas, Marajó, Mauá, Mecejana, Paramana (Ilha), Paripe, Periperi, Pernambués, Pernambuco, Piauí, Pirassununga, Sergy, Sucupira, Tapuia, Tibiriçá, Tupi (y), Tupinambá, Urubupanga (Urubupungá?), Xavantes etc

6.4.4. Carnaval da Bahia

O Carnaval, foi introduzido no Brasil pelos portugueses. “Combatido como jogo selvagem, o entrudo prevaleceu até quando apareceram elementos de brincar menos agressivos...” (Larousse Cultural – Antropologia e Folclore, pg. 12). O carnaval da Bahia, hoje, é o carnaval do Brasil reconhecido em todos os continentes, ao lado do carnaval “*carioca*”, estudado por dezenas de antropólogos e sociólogos. Toda a fisionomia e todos os elementos dessa festa sincrética são “multi” (racial e cultural) e envolve todas as classes sociais. Segundo RISÉRIO (op. cit., pg. 145), “A paixão dos nossos *indígenas* do litoral – tupinambás e tupiniquins – pela dança, pela música e pela retórica, pela eloquência discursiva [os nossos políticos, também, digo eu] tornou-se proverbial entre os estudiosos”. Dentre todas as considerações e reflexões que podem ser feitas em torno do carnaval há uma “básica”, que remete ao seu caráter dionísico e selvagem, com danças e com mortes: a antropofagia sincrética tupinambá-mestiça. Alô Comanches e Apaches⁷ do Tororó!

7. RESISTÊNCIA À PRESENÇA E À EXPRESSÃO INDÍGENA, EM SALVADOR.

⁷ Os Tupinambás, assim como os Comanches e os Apaches (povos do EE.UU), são ameríndios.

Falar da importância da cultura e de afirmação indígena em Salvador, hoje, é um desafio que encontra resistência surda (porém forte e efetiva) por parte de pessoas ou grupos que não se definem como “indígenas” ou “índiosdescendentes”. Essas pessoas não receptivas à visibilidade do povo e da cultura indígena alegam, sem razão, a inexistência de aldeia indígenas em Salvador. São razões que não resistem à defesa mais elementar; afinal, aqui também não existem “quilombos”, “castros”⁸ e “mouraria” é apenas o nome de um bairro.

No âmbito da municipalidade para constatar que as mensagens de políticas de governo voltadas à inclusão ou à reparação social excluem, em geral, os “indígenas” (e/ou “índiosdescendentes”), “mestiços” e “brancos”, mesmos os miseráveis. Sim, todos devem ser incluídos nas políticas de inclusão social, étnica-identidade não poder ser nenhum “prêmio” ou “castigo”, afinal, 54% da população brasileira se autodeclarou “branca” – 91,3 milhões – no censo de 2000/IBGE). Fugir a esse debate é prestar um desserviço à história política e à evolução do pensamento. Os fatos em si são mais importantes que laudatórios.

Os “casos” a seguir foram selecionados sem obedecer a nenhum critério prévio:

Caso A - A reitoria da UNEB afrontou a Constituição Federal quando deixou de responder ofícios e e-mail da UNID – União Nacional de Índiosdescendentes propondo estudo da viabilidade para incluir os “índiosdescendentes” ao lado dos “índios” e dos “negros”, na condição de beneficiários da política de cotas (em 2006 foi enviado e-mail e protocolado correspondências no Gabinete do Reitor Lourivaldo Valentim).

Caso B – A comissão de educadores e consultores⁹ designada pela Secretaria de Educação da Prefeitura Municipal de Salvador (Secretária: Olívia Santana), em 2005, para implantar a Lei 10.639/03, desconsiderou importantes diretrizes da Resolução nº1, de 17 de junho de 2004, do Conselho Nacional de Educação - CNE. A Resolução define as “*Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da Cultura Afrobrasileira*”, considerando que a Lei 10.639 não é auto-aplicável, e declara no *caput* do Art. 2º que a citada lei se destina a “promover a educação de cidadãos atuantes e conscientes no seio da *sociedade multicultural e pluriétnica*, prossegue, mediante “... a divulgação e a produção de conhecimentos, bem como atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos quanto a *pluralidade étnico-racial*” (Parágrafo 1º). O parágrafo 2º do Regulamento nº1 reafirma amplitude educacional da Lei quando que postula o “...reconhecimento e valorização

⁸ Tipo de aldeia primitiva da região da antiga Gália, atualmente Galícia, na Espanha.

⁹ Consultores que receberam agradecimento pela participação no projeto de implantação do ensino da Lei 10.639/03: Mary Garcia Castro, Maria de Lurdes Siqueira, João José Reis, Yeda Pessoa de Castro, Muniz Gonçalves Ferreira, Marly Geralda Teixeira, Valdina Oliveira Pinto, Vanda Machado e Lázaro Raimundo dos Passos Cunha.

da identidade, história e cultura dos afrobrasileiros, bem como a garantia de reconhecimento e igualdade de valorização das raízes africanas da nação brasileira, AO LADO DAS INDÍGENAS, EUROPÉIAS E ASIÁTICAS". A minha crítica, sucintamente, é a seguinte: A SEC-PMS desprezou a diretriz histórico-cultural contida na Resolução do CNE (Nº1) que regulamenta a Lei 10.639/03 e reafirma o perfil *multicultural e pluriétnico* da nossa sociedade, desprezando, dentre outros, os seguintes fatos: a) Os africanos defrontaram-se, ao desembarcar no Brasil, com as culturas indígenas (além da ibérica), estabeleceram trocas e influências recíprocas ao longo dos últimos quatro séculos; b) O perfil da população indígena: populacionalmente expressiva até meados do século XVI (estimada em cerca de cinco milhões de indivíduos), culturalmente heterogênea (portanto, rica e diversificada), falando mais de 1.000 línguas (cerca de 180, em 2008); era mão-de-obra escrava (ou submissa), até meados do século XIX; c) “Negros da terra” (indígenas) e “da África”, ao lado de mamelucos e mulatos, combateram e dizimaram povos indígenas, quilombos e exércitos estrangeiros (inclusive portugueses, além de franceses e holandeses), nas guerras de libertação (século XIX); d) Importantes conflitos como a “Guerra de Canudos”, a guerra do Paraguai, dos “Cabanos” (Amazônia, Alagoas e Pernambuco, nos quais morreram mais de 50.000 pessoas) e as lutas pela independência de Portugal. A manifesta má vontade para com as questões indígenas pode ser percebido na afirmação da respeitável especialista Yeda Pessoa de Castro (africanista por excelência), ao afirmar que as influências das línguas indígenas sobre a nossa língua culta (o português) é “...menos extensa e mais localizada” (Coleção de Fascículo – vol. “7”, pg.8) - Pasta de Textos da Professora e do Professor. Ora, Houaiss e Antônio G. da Cunha (op.cit.), Ramirez (Línguas Arawak da Amazônia), Theodoro Sampaio (O Tupi na Geografia Nacional), Edelweiss, certamente não concordariam com essa afirmação. Ademais, nada foi dito sobre a religiosidade indígena ou tupinambá, muito menos sobre os mitos/lendas de origem afro-indígena-brasileira; o fascículo produzido pela profa. Valdina O. Pinto, (“Educação para Convivência pacífica entre religiões”), é diminuto (apenas quatro laudas e um quarto), a despeito de toda a sua qualidade intelectual e moral não poderia ter excluído da sua bibliografia estudos clássicos como os realizados sobre a “Santidade de Jaguaripe” (Ronald Vainfans), “A Religião dos Tupinambás” (Alfred Mettraux) dentre outros); **Caso C** – Nos últimos três anos ocorreram fatos lamentáveis no âmbito municipal; continuo buscando explicações (inutilmente, ao que parece) sobre as razões que determinaram a retirada da ordem do dia da Câmara Municipal de Salvador¹⁰ (2005) o Projeto de Lei que propunha a

¹⁰ Presidente da Câmara Municipal que garantiu ação política pela aprovação do Projeto de Lei listado na ordem

instituição da *Semana Municipal da Consciência Indígena*, mesmo após receber parecer favorável em todas as comissões. Nem a promessa pública do presidente da Câmara (legislatura 2005-2008), respondendo pedido verbal do presidente da UNID, teve força para esclarecer desaparecimento de um PL que já recebera parecer favorável em todas as comissões; pura omissão dos partidos políticos que postularam a proposta. **Caso D** - O presidente da UNID tentou, inutilmente, ao longo de 2005, permissão para fixar um maracá indígena na sala de recepção da Secretário Municipal da *Igualdade Racial*, durante a gestão do Sr. Gilmar Santiago. O dirigente da UNID considerava que o colocação de um maracá indígena ao lado de uma instalação afrobrasileira (ainda existente naquele espaço) teria a força simbólica da união dos povos historicamente oprimidos (índios e negros). Hoje já não fico chocado com a visão reacionária e populista de certos dirigentes esquerdistas. **Caso E** – Em 18 de fevereiro de 2005, a UNID solicitou, através do ofício Unid-Cades 2005/124, apoio técnico e logístico à coordenação de Ações de Descentralização Regional – CADES/PMS, visando realizar a primeira etapa do PCI – Projeto Cara de Índio, sem onerar o orçamento municipal. O citado expediente jamais foi respondido, porém algum “recado” foi repassado pela coordenadora (Marta Rodrigues) à Secretaria Municipal de Reparação – SEMUR (Gestão do Sr. Gilmar Santiago), que por sua vez não demonstrou nenhum empenho em favor do citado projeto, felizmente realizado, posteriormente com recursos da UNID, entre o final 2005 e 2006. Mas a luta pela dignidade dos homens não comporta apenas frustrações (“choro”, “lamentações” etc); requer ações permanentes, dinâmicas e éticas (debates, denúncias públicas, estudos e pesquisas). Espero que os casos acima relatados, com caráter de “denúncia”, constituam uma contribuição à transparência da história da luta “racial-identitária” em Salvador, onde não-indígenas comportam-se, equivocadamente e em prejuízo de outros grupos étnico-identitários, buscando espaços políticos e hegemonia, desconsiderando o caráter multiétnico, multicultural ou ainda sincrético do município.¹¹

8. CONCLUSÃO – Há muito a ser feito pela cultura e pela identidade indígena, em Salvador, afinal “...defuntos são aqueles que perderam a memória”, conforme Mircea Eliade (*in Mito e Realidade*, pg. 109). Salvador, Bahia, fevereiro de 2008 - Consultoria: José Carlos Bahiana Machado Filho (cultura indígena); Revisão léxica, normalização e editoração do texto: Natássia Guedes Alves. Revisão geral: Maria Angélica Guedes Alves.

BIBLIOGRAFIA

do dia: Valdenor Cardoso.

¹¹ Prefeito de Salvador no período das ocorrências citadas: João Henrique Barradas Carneiro.

- ALVES, José de Arimatéa Nogueira. *PCI – Projeto Cara de Índio*. Salvador, 2006.
- ARANHA, Maria Lúcia de A. & MARTINS, Maria Helena P. *Filosofando – Introdução à Filosofia*. São Paulo: Moderna, 2002.
- BASTIDE, Roger. *Antropologia Aplicada*. São Paulo: Perspectiva, 1979.
- BRANDÃO, Maria de Azevedo. “A cidade contra o Recôncavo”. In: *Revista Bahia*, 28. Salvador: Fundação Cultural da Bahia, jan/1999.
- CALMON, Pedro. *História da Casa da Torre*. Salvador: FCBA, 1983.
- DIEGUES JÚNIOR, Manuel. *Etnias e Culturas no Brasil*. RJ: Bibl. do Exército, 1980.
- DIVERSOS, *Pasta de Textos da Professora e do Professor*, Salvador: PMS/SEC, 2006.
- ELÍADE, Mircea. *Mito e Realidade*. São Paulo: Perspectiva, 2006.
- FLORESTAN, Fernandes. *A Origem Social dos Tupinambá*. S Paulo: UnB, 1989.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. São Paulo: Graal, 2004.
- GUICCI, Guilherme. *Viajantes do Maravilhoso Novo Mundo*. SP: Cia de Letras, 1992.
- LINDOSO, Dirceu. *A Utopia Armada (A Cabanagem alagoana – pernambucana)*. Maceió: Universidade Federal de Alagoas, 2005.
- MELATTI, Júlio Cezar. *Índios do Brasil*. São Paulo: Hucitec/UnB, 1993.
- NIMUENDAJU, Curt. *Mapa Etno-histórico do Brasil - Regiões Adjacentes (1ª edição:1944)*. Brasília/DF: IBGE, 1987.
- OLSON, Steve. *A História da Humanidade*. São Paulo: Campus, 2003.
- PRODI, Giorgi. *O Indivíduo e sua Marca*. São Paulo: UNESP, 1993.
- RIBEIRO, Darcy. *As Américas e a Civilização*. Petrópolis/RJ: Vozes, 1977.
- *O Povo Brasileiro*. São Paulo: Cia de Letras, 1997.
- *Sobre o Óbvio*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.
- RISÉRIO, Antônio. *A Utopia Brasileira e os Movimentos Negros*. SP: 34, 2007.
- *Uma História da Cidade da Bahia*. Rio e Janeiro: Versal, 2004.
- SALVADOR, Frei Vicente. *História do Brasil (1627)*: www.dominiopublico.gov.br.
- SAMPAIO, Theodoro. *A História da Fundação da Cidade do Salvador*. Salvador: Gráfica Beneditina, 1949.
- TAVARES, Luiz Henrique Dias. *História da Bahia*. Salvador: UFBA, 2001.
- VILHENA, Luiz dos Santos. *A Bahia do Século XVIII*. Salvador: Itapuã, 1969.
- DICIONÁRIOS E ENCICLOPÉDIAS:
- AULETE, Caldas. *Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa (5 volumes)*. Rio de Janeiro: Delta, 1985.

CUNHA, Antônio Geraldo da. *Dicionário Histórico das Palavras de Origem Tupi*. São Paulo: Melhoramento/UnB, 1978.

DIVERSOS. *Enciclopédia Compacta- Brasil Temático*. São Paulo: Nova Cultural, 1995.